



TÍTULO DO TRABALHO	
O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DA UFRJ EM CABO FRIO/RJ: CAMINHOS E DESCAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO POLITÉCNICA	
AUTOR(ES)	INSTITUIÇÃO
Vitor Bemvindo Laís S. de Paula Cosme L. A. Maciel	UFF UFRRJ Unirio
RESUMO	
O presente trabalho se insere nos debates cujo cerne está na relação Trabalho e Educação, mais especificamente, nas discussões inerentes à educação profissional no atual cenário brasileiro e o desafio de materializar uma Educação Politécnica frente aos moldes instituídos pelas políticas educacionais para o ensino público. Neste sentido, optamos em trazer para o debate o processo de institucionalização do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio/RJ, haja vista os desafios políticos administrativos enfrentados por este espaço escolar para consolidar-se enquanto instituição autônoma que proporciona um modelo de formação profissional fundamentada na politécnica. A escola iniciou suas atividades na cidade de Cabo Frio no ano de 2008 por meio de uma parceria estabelecida pelo Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar e a Prefeitura Municipal. No ano seguinte, a Secretaria Estadual de Educação passou a compor também essa parceria, porém, em 2011 os acordos foram desfeitos e a UFRJ passou a manter o Instituto Politécnico sozinha, iniciando um momento crítico para sua consolidação. Nesse ano de 2016, a relação já desgastada da escola com a Universidade, tem como desfecho o encerramento das atividades do IPUFRJ, colocando em questão os caminhos pelos quais poderia se constituir uma instituição de ensino com uma proposta centrada na politécnica. Assim sendo, estabelecemos como objetivo para este artigo: entender os limites e possibilidades de materialização e institucionalização de uma Educação Politécnica, em seus aspectos políticos e administrativos, a partir da experiência concreta do IPUFRJ. Para tanto, tomamos como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético, com base em autores como Marx (2004); Engels (2004); Gramsci (2011); Frigrotto (2004) entre outros. Em termos metodológicos trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram produzidos a partir de análise dos documentos oficiais (Atas do Conselho Universitário, Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ, entre outros), legislação, entrevistas semiestruturadas e bibliografia especializada. O artigo está estruturado em três seções. O primeiro dedicado ao cenário brasileiro, no que tange a educação profissional e a formação politécnica; na segunda, realizamos um levantamento da trajetória do IPUFRJ, destacando os aspectos político e administrativo; por ultimo, colocamos em relevo o processo de institucionalização do IPUFRJ, dando voz, aos diferentes sujeitos implicados neste movimento. As inferências revelam, num primeiro momento, a relevância pedagógica do IPUFRJ para se pensar numa Educação Politécnica; assim como os entraves para sobrepor e romper com o conservadorismo institucional, revelado em seus aspectos administrativos e legitimado politicamente. Palavras-chave: Trabalho e Educação; Formação Politécnica; Políticas Educacionais.	

O PROCESSO DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DO INSTITUTO POLITÉCNICO DA UFRJ EM CABO FRIO/RJ: CAMINHOS E DESCAMINHOS PARA UMA EDUCAÇÃO POLITÉCNICA

BEMVINDO, Vitor¹
PAULA, Laís S. de²
MACIEL, Cosme L. A.³

Resumo:

O presente trabalho se insere nos debates cujo cerne está na relação Trabalho e Educação, mais especificamente, nas discussões inerentes à educação profissional no atual cenário brasileiro e o desafio de materializar uma Educação Politécnica frente aos moldes instituídos pelas políticas educacionais para o ensino público. Neste sentido, optamos em trazer para o debate o processo de institucionalização do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio/RJ, haja vista os desafios políticos administrativos enfrentados por este espaço escolar para consolidar-se enquanto instituição autônoma que proporciona um modelo de formação profissional fundamentada na politécnica. A escola iniciou suas atividades na cidade de Cabo Frio no ano de 2008 por meio de uma parceria estabelecida pelo Núcleo Interdisciplinar UFRJ-Mar e a Prefeitura Municipal. No ano seguinte, a Secretaria Estadual de Educação passou a compor também essa parceria, porém, em 2011 os acordos foram desfeitos e a UFRJ passou a manter o Instituto Politécnico sozinha, iniciando um momento crítico para sua consolidação. Nesse ano de 2016, a relação já desgastada da escola com a Universidade, tem como desfecho o encerramento das atividades do IPUFRJ, colocando em questão os caminhos pelos quais poderia se constituir uma instituição de ensino com uma proposta centrada na politécnica. Assim sendo, estabelecemos como **objetivo** para este artigo: entender os limites e possibilidades de materialização e institucionalização de uma *Educação Politécnica*, em seus aspectos políticos e administrativos, a partir da experiência concreta do IPUFRJ. Para tanto, tomamos como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico e dialético, com base em autores como Marx (2004); Engels (2004); Gramsci (2011); Frigotto (2004) entre outros. Em termos metodológicos trata-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram produzidos a partir de análise dos documentos oficiais (Atas do Conselho Universitário, Projeto Político Pedagógico do IPUFRJ, entre outros), legislação, entrevistas semiestruturadas e bibliografia especializada. O artigo está estruturado em três seções. O primeiro dedicado ao cenário brasileiro, no que tange a educação profissional e a formação politécnica; na segunda, realizamos um levantamento da trajetória do IPUFRJ, destacando os aspectos político e administrativo; por último, colocamos em relevo o processo de institucionalização do IPUFRJ, dando voz, aos diferentes sujeitos implicados neste movimento. As inferências revelam, num primeiro momento, a relevância pedagógica do IPUFRJ para se pensar numa *Educação Politécnica*; assim como os entraves para sobrepôr e romper com o conservadorismo institucional, revelado em seus aspectos administrativos e legitimado politicamente.

Palavras-Chave: Trabalho e Educação; Formação Politécnica; Políticas Educacionais.

¹ Doutor em Educação (UFF)

² Professora Substituta do DDAS-ICHS/UFRRJ. Graduada em História (UFRRJ). Mestranda em Educação (UFRRJ)

³ Professor de História do Município de Casimiro de Abreu/RJ. Mestre em Educação (UNIRIO); Doutorando em Educação (UNIRIO).

1. **Apontamentos introdutórios:** o contexto brasileiro da educação profissional e a educação politécnica.

Não é coincidência que as tentativas de institucionalização do Instituto Politécnico da UFRJ em Cabo Frio tenham fracassado quase que concomitantemente a uma série de ataques que a educação pública brasileira vem sofrendo desde o início da mais recente crise econômica e política que o país atravessa. O ano de 2015 foi bastante difícil para a educação pública devido uma série de contingenciamentos de recursos para as instituições federais de ensino superior e tecnológico, o que afetou de forma perversa a manutenção do IPUFRJ. Com a consolidação do golpe parlamentar perpetrado contra o governo Dilma Rousseff, a situação se agrava, já que o governo que se instalou de forma ilegítima tratou de implementar um programa de governo de forte orientação liberal, que pretende diminuir os investimentos nos serviços públicos, diminuindo a interferência do Estado inclusive nas áreas nas quais o mesmo tem responsabilidade constitucional. As propostas de reforma do Ensino Médio, imposta sem nenhuma discussão com a sociedade através da medida provisória n. 746/2016, e a de emenda constitucional 241/2016, que impõe um congelamento dos investimentos sociais por vinte anos, são uma ameaça concretas às perspectivas de educação integral, em especial, à proposta de integração do Ensino Médio com a educação profissional contida no decreto 5154/2004.

No momento em que esses ataques se intensificam, a consolidação de uma experiência tão bem-sucedida em seus resultados e metodologias de integração efetiva da formação profissional e propedêutica, como a do IPUFRJ, seria fundamental como instrumento de resistência. Infelizmente, a Universidade Federal do Rio de Janeiro não conseguiu perceber a importância desse instrumento e optou por descontinuar o projeto, o que em grande medida enfraquece o debate em torno à educação politécnica no Brasil.

Nas últimas três décadas, houve intensos debates em torno à formação profissional de nível médio no Brasil. A partir dos anos de 1990, quando das discussões em torno das Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), é possível notar grande produção acadêmica sobre o tema, que evidencia, na verdade, a oposição entre duas concepções antagônicas de formação profissional: a primeira delas se alicerça no que Frigotto (2001) chamou de educação profissional gerida pelos “homens de negócio”, com base nas necessidades do mercado e no controle autoritário dos meios de produção. Em contraposição a essa ideia, está a concepção de ensino médio integrado à educação profissional de base unitária – que pressupõe a

indissociação entre o trabalho manual e intelectual – e que aponte caminhos uma educação omnilateral e politécnica.

A aprovação da LDB, em 1996, e do Decreto n. 2208/97 demonstraram que a concepção de formação profissional que viria a ser parte das políticas públicas daqueles governos de orientação neoliberal seria a educação para o trabalho simples, que desassocia o trabalho intelectual do manual, ignorando a dimensão ontológica do mesmo. Já na primeira década do século XXI, após a revogação do decreto 2208/97 e a aprovação do 5154/04, as discussões em torno à formação profissional de base unitária foram retomadas, devido à permissão da forma integrada do ensino médio e da educação profissional.

Mais recentemente, nos primeiros anos da década, a defesa da concepção de formação profissional integrada ao ensino médio ganhou novo fôlego, com as discussões em torno às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. O documento aprovado pela Câmara de Educação Básica, no dia 9 de maio de 2012. O documento sugere a seguinte definição para a formação integrada:

Assim, quando se fala em formação integrada ou no Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio, em quaisquer das suas formas de oferta, o que se quer dizer com essa concepção, é que a formação geral do aluno deve se tornar inseparável da formação profissional e vice-versa, em todos os campos onde se dá essa preparação para o trabalho: seja nos processos produtivos, seja nos processos educativos, tais como o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, seja na formação inicial ou qualificação profissional, seja na Educação Profissional Técnica e ou na Tecnológica, bem como nos demais cursos superiores. Significa enfocar o trabalho como princípio educativo, objetivando superar a tradicional e preconceituosa dicotomia entre trabalho manual e trabalho intelectual, incorporando a dimensão intelectual ao trabalho produtivo e vice-versa, objetivando a formação de trabalhadores capazes de atuar democraticamente como cidadãos, na posição de dirigentes ou de subordinados. Para tanto, como está definido no inciso IV do art. 35 da LDB, é preciso propiciar aos alunos a “compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina” (CONSELHO, 2012, p. 29).

Nessa perspectiva, surgiram uma série de grandes desafios que concernem à aplicação prática desses princípios na construção de uma modalidade de ensino profissional que ofereça aos trabalhadores uma educação integral. O primeiro desses desafios está ligado à disseminação dessa concepção de educação profissional, que ainda disputa espaço com as modalidades concomitante e subsequente. Além disso, num contexto de ampliação de investimentos na educação profissional, durante os governos Lula e Dilma, prenunciado pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), tornou-se importante

lutar para que a formação integrada seja prioritária no recebimento de recursos e de apoio administrativo, para que as conquistas não se tornem meras instruções burocráticas.

Além disso, entre esses desafios, está a estruturação de uma prática pedagógica fundamentada na formação integrada. É importante ressaltar que são raras e esparsas as experiências que realmente tenham levado em consideração a integração efetiva das formações geral e profissional, sendo necessário, portanto, construir-se um referencial para que o ensino médio integrado se desenvolva.

Nesse contexto, as esparsas iniciativas que se utilizem dessa modalidade de formação profissional precisavam ser estudadas e analisadas com detalhamento, com intuito de construir novos horizontes para a formação de trabalhadores no Brasil. Uma dessas iniciativas, que será foco de análise deste artigo, é a do Instituto Politécnico da Universidade Federal do Rio de Janeiro em Cabo Frio (IPUFRJ). Fundado em 2008, o IPUFRJ apresenta uma proposta de formação profissional integrada ao Ensino Médio, de base contra-hegemônica, tendo a politecnia como referência.

Compreender como o processo de institucionalização do Instituto Politécnico da UFRJ se insere no debate sobre o ensino médio integrado, referenciado na perspectiva da educação politécnica, é um dos objetivos deste artigo.

2. **O IPUFRJ:** aspectos políticos administrativos numa perspectiva histórica

O ano de 2008 marcou o início das atividades do Instituto Politécnico de Cabo Frio/RJ. Na ocasião, a escola funcionava como projeto experimental, não possuindo espaço próprio e autonomia político-administrativa. A parte pedagógica ficava sob a responsabilidade da equipe de professores que representavam os interesses da UFRJ. Esses professores eram mantidos financeiramente pela prefeitura de Cabo Frio/RJ, em regime de contrato temporário.

Em 2009, a escola passa a funcionar no Colégio Estadual Praia do Siqueira. Na ocasião, firma-se parceria também com o Governo do Estado, ao ocupar uma escola pertencente ao sistema estadual do Rio de Janeiro. A parceria foi estabelecida por conta dos atrasos nas obras de construção da escola no espaço cedido pelo município e, ainda, levando em consideração o crescimento do número de turmas e, conseqüentemente, de alunos. Neste momento, a escola passa a existir mediante parceria entre três instancias públicas de poder: federal, estadual e municipal: Federal, via UFRJ e, mais precisamente, o Núcleo Interdisciplinar UFRJmar, responsável pela proposta pedagógica e também pela manutenção de alguns professores.

No mesmo ano, outro documento é produzido, com o objetivo de fomentar um Programa de formação de professores da educação básica das áreas rurais do estado do Rio de Janeiro. O programa estaria atrelado ao NIDES – Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social -, congregando diversos departamentos da UFRJ, com vistas a fortalecer o processo de expansão da Universidade para regiões interioranas do estado.

Apesar do novo dado, pouca coisa se alterou na prática da escola. Isso vai perdurar até o fim do primeiro semestre de 2010, quando ocorre uma ruptura entre o IPUFRJ e o Estado. As razões para o término dessa parceria não são muito claras. Os indícios nos levam a inferir que houve imbricações políticas. O problema de institucionalização do IPUFRJ em Cabo Frio vai ser o grande impasse das atividades da escola, de forma que nesse ano, os alunos do Ensino Fundamental foram alocados numa casa alugada no bairro Braga, em Cabo Frio e os alunos do Ensino Médio, no Instituto Federal Fluminense em Arraial do Cabo.

Já o início de 2011 foi marcado por indefinições. A parceria com o IFRJ de Arraial do Cabo não durou mais do que um semestre; por isso, o ano letivo começou tardiamente, tendo apenas o Braga como espaço fixo - trabalhando com as turmas do ensino fundamental. Neste momento, buscaram-se diversas alternativas: aulas nas praças públicas, na praia, em espaços de cultura. Algumas vezes utilizaram-se as dependências de instituições privadas, como a Universidade Estácio de Sá e, de uma maneira mais oficial, a Universidade Veiga de Almeida, que abrigou os alunos do ensino médio durante todo segundo semestre de 2011, no turno da tarde. Tais mudanças se somaram a problemas de ordem financeira: atraso de pagamento das bolsas dos professores em formação; falta de recursos para garantir a alimentação das crianças e, conseqüentemente, sua permanência em tempo integral.

O final do ano de 2011 foi marcado pela pressão exercida por todos os sujeitos envolvidos na dinâmica da escola, o que culminou com manifestações dos mesmos na Universidade, tendo em vista pressionar o CONSUNI quanto à institucionalização da escola. Na ocasião, a parceria com a prefeitura já não andava muito bem, caminhando para um desfecho desfavorável, o que criava um clima de desconfiança ainda maior. Toda essa situação foi narrada na matéria do jornal do SINTUFRJ, da seguinte forma:

(...) O convênio com a prefeitura cabofriense termina em 2012 e a instituição corre o sério risco de fechar as portas. Para os professores, alunos e pais, a solução é a UFRJ assumir institucionalmente o instituto, reivindicação levada por eles ao Conselho Universitário há duas semanas com o apoio do coordenador do UFRJ Mar, Fernando Amorim. Nesse dia, exemplos práticos da produção acadêmica foram expostos no salão da Reitoria. (Jornal SINTUFRJ, n°981, 5 a 11 de dez. de 2011, p. 05).

Como é possível observar, o caso teve grande repercussão dentro da Universidade, o que gerou um movimento mais intenso junto ao CONSUNI, no sentido de pensar os rumos do IPUFRJ. A matéria também faz menção à possibilidade da escola fechar as portas, mediante o término da parceria com a prefeitura de Cabo Frio, o que seria uma tentativa de chamar a atenção para a emergência da situação, quanto à necessidade de institucionalizá-la.

Sobre esta questão, no final de 2011, em Assembleia, o Conselho Universitário (CONSUNI) determinou a formação de uma comissão composta por membros participantes do conselho, com a finalidade de averiguar a situação real da escola em seus múltiplos aspectos e a possibilidade de aprovação, junto ao conselho, do Programa de Formação de Professores em Educação e Trabalho. Este fato foi registrado em ata, conforme descrição a seguir:

(...) Após ampla discussão e votação, foi aprovada a criação de comissão constituída dos seguintes membros: I – 1 Representante da PR-1; II – 1 Representante da PR-2; III – 1 Representante da PR-3; IV – 1 Representante da PR-4; V – 1 Representante da PR-5; VI – 1 Representante da Comissão de Ensino e Títulos; VII – 1 Representante da Comissão de Legislação e Normas; VIII – 1 Representante da Comissão de Desenvolvimento; IX – 1 Representante do Centro de Tecnologia; X – 1 Representante da Escola Politécnica; XI – 1 Representante da COPPE; XII – 1 Representante da Faculdade de Letras; XIII – 1 Representante do Instituto de Biologia; XIV – 1 Representante da Faculdade de Educação; XV – 1 Representante da Educ. Básica, Técnica e Tecnológica; e XVI - 1 Representante Discente. (ATA, 08/12/2011, p. 6-7).

Assim sendo, essa comissão realizou visitas aos locais onde a escola estava funcionando, conversaram com pais, alunos, professores e apresentou o resultado ao CONSUNI, no fim do mesmo ano, em assembleia extraordinária, conforme apresentamos a seguir:

A Conselheira ÂNGELA ROCHA, presidente da Comissão, fez a leitura do seguinte documento: “A Comissão aprovada pelo CONSUNI para analisar situação dos estudantes do projeto UFRJ-MAR recomenda ao CONSUNI: 1) O Programa de Pós-Graduação em Qualificação Profissional deve voltar para as Unidades envolvidas e depois ser submetida ao CEPG. Não cabe ao CONSUNI se debruçar sobre esse Programa nesse momento. 2) O Programa Institutos Politécnicos deve voltar para as Unidades de origem (Escola Politécnica, COPPE, Faculdade Letras, Instituto Biologia) para consolidar a proposta apresentando detalhadamente o projeto pedagógico e as condições de sustentabilidade econômica, incluindo áreas, número de vagas, local de funcionamento, estrutura física, TAEs, professores e outros aspectos relevantes e em seguida submeter ao CONSUNI. 3) Rematricular os estudantes do ensino fundamental no município de Cabo Frio. Isso pode ser feito através de um processo de reclassificação que pode ser feito pelo município de Cabo Frio. Analisar a viabilidade de manter um Programa de apoio para permitir um suporte na formação desses estudantes. A

universidade poderá expedir certificado sobre as atividades de expansão curricular que constarem no histórico escolar. 4) Segundo declarações da Coordenação, a certificação do ensino médio dos estudantes do 4º ano estaria resolvida para todos os 49 estudantes, pois todos tem mais de 18 anos e todos fizeram o ENEM e caso todos façam mais de 300 pontos receberiam o certificado de ensino médio (segundo a Coordenação, todos acertaram mais de 50% da prova). A UFRJ também forneceria um certificado, pois nesse momento não pode expedir diploma de curso técnico. 5) foi proposto que até resolver sobre a criação dos cursos técnicos pelo CONSUNI, os estudantes do 1º ao 4º ano poderiam: a) matriculá-los em escola do Estado através do processo de reclassificação; b) ou usar os 3 milhões que serão dados pelo MEC (segundo a Coordenação) para pagar um número limitado de bolsas aos estudantes matriculados no curso de extensão em Programa de Qualificação Profissional (atuarão como professores dos estudantes do 1º ao 4º anos), pois a PR5 está tramitando DRE para estes estudantes e fixar o valor da bolsa (valor de professor substituto). Ficando expressamente proibido pagamento de prestador de serviços. Fazer consulta oficial ao MEC de como resolver a situação desses estudantes. 6) caso o CONSUNI aprove a manutenção dos estudantes do 1º ao 4º anos, formar uma Coordenação pelas Unidades envolvidas, aprovadas nas suas respectivas Congregações (Coppe, Faculdade de Letras, Escola Politécnica, Decania Centro de Tecnologia, Instituto de Biologia) mantendo o representante do convênio. 7) verificar com a Prefeitura de Cabo Frio a possibilidade de oferecer local para funcionar provisoriamente o curso técnico (caso o CONSUNI assuma que os estudantes do 1º ao 4º anos ainda devem ser mantidos pela UFRJ) ou analisar a possibilidade desses estudantes continuarem no IFRJ de Arraial do Cabo. Não realizar novas matrículas até que o CONSUNI decida se permitirá a criação de curso técnico. Em caso negativo, será necessário alugar um estabelecimento para funcionamento do curso em Cabo Frio. Nesse caso, também devem aprovar realocação de recursos do orçamento de 2012 para essas atividades e também para o pagamento das bolsas caso o MEC não honre o compromisso de repassar os 3 milhões. Nesse período, buscar-se-á formas de diplomação das turmas existentes do 1º ao 4º anos. É necessária a designação de um funcionário da UFRJ para responsável pelo registro acadêmico dos estudantes. 8) A Comissão (ou outra) instituída deve continuar para acompanhar todo o processo e deixar o CONSUNI informado. 9) Não permitir que novos cursos técnicos, colégios e similares sejam criados sem a prévia aprovação do CONSUNI.” O Conselheiro MARCELO PAIXÃO solicitou que, na primeira sessão de 2012, o Conselho seja informado sobre a implementação das recomendações. Após ampla discussão, o Magnífico REITOR colocou em votação o relatório. Aprovado, por unanimidade. (DOC D2, 15/12/2011-Extraordinária, págs.. 6-7).

A decisão representou grande alento para a comunidade escolar, pois garantiu o reconhecimento da formação dos alunos que estavam terminando seu curso naquele ano, além de tornar mais clara à situação do IP dentro da estrutura da Universidade. Neste contexto, adentramos o ano de 2012, que começou com a formatura das três primeiras turmas do IPUFRJ, em suas formações específicas – Áudio Visual, Cultura Marítima e Análises Químicas – sem grandes alterações desse quadro político administrativo.

No início de 2013, ocorre a aprovação do NIDES junto ao CONSUNI, em assembleia especial no mês de fevereiro.

Passou-se ao item 1 – Proc. 23079.006313/2009-10 – CT/NIDES – Proposta de alteração do Estatuto da UFRJ. Criação do Núcleo Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social - NIDES, como Órgão Suplementar do Centro de Tecnologia. O conselheiro ALCINO CÂMARA NETO fez a leitura do parecer conjunto das Comissões de Desenvolvimento, de Ensino e Títulos e de Legislação e Normas, favorável à aprovação da proposta. Após ampla discussão, Magnífico REITOR colocou o parecer em votação. Aprovado, com 2 (dois) votos contrários e 4 (quatro) abstenções, baixando-se a Resolução nº 03/2013. (DOC D3, 28/02/2013, p. 02).

A institucionalização do NIDES indicava que os acontecimentos tenderiam para um desfecho positivo, no que tange a institucionalização do IPUFRJ. Entretanto, a situação pouco se alterou durante 2013 e o ano de 2014. E, a partir de 2015, a situação da escola se agrava com novos problemas de pagamento das bolsas; falta de recursos para manter os alunos fazendo estágio no Rio de Janeiro; pressões internas a universidade colocando em questão o sentido do trabalho realizado no IPUFRJ, sobretudo pelos custos considerados elevados. Somado a estes fatos, o pleito para reitoria da Universidade. Num clima de disputa política e ideológica, as condições de existência da escola se tornaram cada vez mais complexas, desembocando no ano de 2016, foco das nossas análises para este espaço, pois é neste ano que a luta se intensifica, conforme veremos na próxima seção.

3. O processo de institucionalização do IPUFRJ: limites e contradições para sua concretização

Em 2011, o convênio entre a UFRJ e as secretarias foi rompido de forma unilateral pelos governos Estadual e Municipal. A partir de então a escola passou a enfrentar uma série de graves problemas, e a comunidade acadêmica passou a se mobilizar, junto ao Conselho Universitário, em busca de uma solução institucional pela manutenção do Instituto. Durante aquele ano, até mesmo as bolsas recebidas pelos professores passaram a ser pagas com atraso, chegando ao ponto de acumularem cinco meses sem serem repassadas. Naquele momento houve uma grande mobilização dos docentes para pressionar por uma solução institucional. O então reitor Aloísio Teixeira, assumiu o compromisso de manter a escola através de um Programa de Extensão, formalizado em somente 2012, durante a reitoria do professor Carlos Levi.

O programa de extensão em questão formalizou o curso de formação dos docentes, que já vinha sendo desenvolvido. A partir daquele momento, todos os docentes passaram a ser

efetivamente matriculados no curso de extensão conhecido como “Programa de Qualificação de Professores em Educação e Trabalho”. A partir dessa formalização, todos os professores do Instituto Politécnico passaram a ter o status de “residentes-docentes”, numa equiparação funcional aos médicos-residentes, que atuam em atividades de formação de caráter prático e, para isso, recebem bolsas. Essa solução foi entendida como provisória, até que uma solução institucional definitiva fosse acordada dentro da estrutura da Universidade.

Apesar do compromisso da reitoria, a partir de meados de 2014 os repasses de recursos se tornaram irregulares, por conta dos contingenciamentos de recursos feitos pelo Ministério da Educação. Com isso, os docentes voltam a conviver com constantes atrasos nos pagamentos. Ainda assim, o ano letivo é concluído com relativa normalidade.

A situação agrava-se no início de 2015, com o acúmulo dos atrasos nos pagamentos das bolsas. O então reitor, Carlos Levi, garante o repasse de recursos para a quitação dos pagamentos até o mês de abril, deixando um passivo para a reitoria subsequente, que assumiu em julho desse mesmo ano. Nesse momento há uma série de mobilizações dos estudantes e professores visando a regularização dos pagamentos. Não houve a interrupção das atividades letivas, no entanto, a precarização obrigou a diminuição da carga de trabalho dos docentes, que passaram a se revezar com o intuito de manter o funcionamento da escola.

Diante da dificuldade de prosseguir com a institucionalização do Instituto Politécnico, a coordenação do NIDES passou a buscar, desde 2012, possibilidades para resolver a questão. Uma alternativa que se mostrou viável foi a elaboração de um convênio com o Instituto Federal Fluminense para a criação de um Centro de Referência de Formação de Professores para o ensino profissional que teria o Instituto Politécnico como o laboratório da formação prática de docentes. Esse convênio garantiria também a incorporação administrativa do Instituto Politécnico ao IFF, que passaria ser responsável também por parte do repasse de recursos, compartilhando a gestão acadêmica com a UFRJ. A proposta foi prontamente aceita pelo reitor do IFF, Luiz Augusto Caldas, um militante histórico em defesa da educação politécnica.

Um primeiro convênio de cooperação acadêmica entre UFRJ e IFF foi firmado já em 2012, e previa, inicialmente, atividades de formação docente conjunta. A primeira ação desse convênio resultou no I Encontro de Educação Tecnológica Federal da Região dos Lagos, que contou com a participação e organização dos campi Arraial do Cabo do Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ) e Cabo Frio do IFF, além do Instituto Politécnico da UFRJ, realizado em dezembro de 2013.

Além disso, houve uma série de discussões com o intuito do Instituto Federal Fluminense, credenciar os cursos técnicos do IPUFRJ, fato que ocorreu em abril de 2015, com a aprovação pelo Conselho Superior da instituição da certificação definitiva de todos os estudantes formados pelo Instituto Politécnico.

Diante dessas novas perspectivas de institucionalização, durante a campanha eleitoral para a reitoria da UFRJ, em 2015, estudantes e docentes buscaram as três chapas que concorriam no pleito para tentar garantir apoio ao processo de institucionalização definitivo do Instituto Politécnico. No primeiro debate entre os postulantes ao cargo de reitor da universidade, um grupo de docentes questionou os representantes das chapas sobre o apoio ao processo de institucionalização do IPUFRJ. Apenas uma das chapas, a da professora Denise Pires, declarou apoio incondicional à regularização definitiva. Os dois outros concorrentes alegaram que a falta de institucionalidade invalidava a existência do projeto do Instituto Politécnico, sendo que a professora Angela Rocha dos Santos declarou que não apoiaria a institucionalização da escola e o professor Roberto Leher, apesar de condenar a forma como a escola teria sido criada, prometeu buscar soluções para a questão. O professor Leher, vencedor das eleições, naquela ocasião declarou:

Eu compartilho do projeto pedagógico do Instituto Politécnico. Eu entendo que o trabalho tem uma dimensão simbólica que deve ser resgatada. Portanto, a formação mediada pelo trabalho é o que nos humaniza enquanto processo metabólico com a natureza e com a sociedade. No entanto, o Instituto Politécnico não foi criado de uma forma republicana. Eu insisto nesse ponto. Ele não foi autorizado por colegiado algum. Ele não existe na estrutura formal da UFRJ. Como pode existir um Instituto que se quer tem existência legal? Estávamos falando agora em respeito às decisões do colegiado, ora, como é possível instituir um Instituto sem passar pelos órgãos colegiados de modo que ele pudesse compor a estrutura da Universidade? Então é esse debate que nós vamos fazer com o Instituto Politécnico: discutir a legalidade e a institucionalidade dessa unidade. Não podemos nos esquecer que esse Instituto, objetivamente, foi criado de uma maneira descuidada sob o ponto de vista da instituição.

A posição dos professores Roberto Leher e Angela Rocha dos Santos demonstrou um desconhecimento do processo de lutas empreendido por uma série de educadores, estudantes e da comunidade de Cabo Frio pela institucionalização do Instituto Politécnico. Ambos se ativeram a argumentos burocratas e legalistas e ignoraram por completo a longa história de luta e resistência desse coletivo para implementar a proposta da escola na Região dos Lagos. Ao assumir a reitoria, em julho de 2015, o professor Roberto Leher abandona o compromisso de “discutir a legalidade e a institucionalidade” do IPUFRJ e comunica a suspensão dos

pagamentos das bolsas dos residentes-docentes. O argumento é que o Programa de Qualificação de Professores em Educação e Trabalho, registrado como programa de extensão, não poderia oferecer bolsas de residência. Essa posição praticamente inviabilizou a continuidade das atividades do Instituto Politécnico, já que gerou uma enorme insegurança entre os professores que passaram a não mais ter certeza dos seus pagamentos.

Assim sendo, a reitoria recomentou ao NIDES a regularização de um novo programa de residência, que justificasse jurídica e burocraticamente o pagamento das bolsas. No entanto, essa posição foi catastrófica para o andamento das atividades, já que o novo programa deveria passar por um longo processo de formalização que demandaria a aprovação em diversas instâncias da universidade. Criou-se um vácuo institucional. O que seria feito até a aprovação do novo programa? Essa questão passa a mover uma série de mobilizações para pressionar a reitoria a encontrar uma alternativa provisória para o funcionamento da escola. Os estudantes que já haviam promovido um grande ato em defesa do Instituto Politécnico da UFRJ, no dia 26 de março de 2015, durante o Dia Nacional de Luta pela Educação, passam a se unir a professores e técnicos-administrativos para tentar resolver a questão.

Além do ato, uma série de ações foram feitas junto a diversas instâncias da sociedade civil, entre elas o Ministério Público Federal, a Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), e que recebeu o apoio de intelectuais e trabalhadores da educação de todo o país, de sindicatos, do movimento estudantil organizado e de parlamentares combativos de diversos partidos. Esse apoio foi expresso através de um manifesto em apoio ao Instituto Politécnico e de notas de apoio divulgadas pelo Sindicato dos Trabalhadores em Educação da UFRJ (Sintufrj), da Associação de Docentes da UFRJ (AdUFRJ), do Diretório Central dos Estudantes da UFRJ (DCE Mário Prata), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (Ubes), da Associação dos Estudantes Secundaristas do Rio de Janeiro (AERJ), dos coletivos estudantis RUA (Juventude Anticapitalista) e Correnteza. Além disso, foi realizada na Alerj, no dia 28 de outubro de 2015, uma audiência pública em defesa do IPUFRJ, na qual se pretendia negociar possíveis soluções para a institucionalização da escola; no entanto, a reitoria da UFRJ não mandou representante.

Toda essa mobilização e manifestação incontestável de apoio ao Instituto Politécnico da UFRJ não foi capaz de sensibilizar a reitoria, que não atendeu aos inúmeros pedidos de reunião para debater o tema. A questão só foi colocada em debate durante as sessões do Conselho Universitário, onde, através da solicitação dos conselheiros, o tema foi colocado em debate. Nessas sessões, houve uma série de mobilizações, nas quais estiveram presente um

número grande de professores e estudantes do IPUFRJ. Somente na sessão do Conselho Universitário do dia 22 de outubro de 2015, o reitor se posicionou formalmente sobre a questão:

Primeiro encaminhamento que nós fizemos, em relação a situação do ‘chamado’ Instituto Politécnico, foi retomar a decisão do Conselho Universitário que indicava a possibilidade do convênio com o Instituto Federal. E por nós termos apreço, acordo, concordância com o projeto de educação politécnica, nós entramos em contato com o reitor, que é o professor Luiz Augusto Caldas, que veio à UFRJ conversar conosco, para que os estudantes que estão hoje no quarto ano sejam certificados, ganhem o diploma do Instituto Federal, porque assim eles terão agora um registro formal da sua escolaridade. [...] Em relação aos estudantes que estão hoje no primeiro, segundo e terceiro anos do Ensino Médio, nós estamos trabalhando com o Instituto Federal para que esses estudantes possam ser transferidos para o Instituto Federal, articulados pelo polo de Pádua, de modo que eles passem a ter registros formais, passem a ter um histórico escola legal, e nós estamos propondo ao Instituto Federal Fluminense um convênio com a UFRJ, para que a UFRJ faça o trabalho de apoio pedagógico na perspectiva da politécnica. Gostaria de grifar: defenderemos e viabilizaremos a perspectiva da educação onmilateral da politécnica. Mas vamos ampliar a perspectiva de politécnica articulando agora um setor para fazer toda a parte de estágio de docência, etc. com o Colégio de Aplicação, Faculdade de Educação, com os centros, particularmente a área de cultura, artes, etc. para que os estudantes que estarão agora articulados e apensados - vinculados melhor dizendo – ao IFF em Pádua possam ter uma formação de natureza politécnica, onmilateral, na área de cultura, artes, ciências e tecnologia com o trabalho da UFRJ. É este o encaminhamento geral que nós estamos propondo, agora já com a formalização do trabalho com o IFF, nós poderemos ir a Cabo Frio conversar com os estudantes, conversar com os que aturam na docência, com as famílias, para que possamos apresentar e discutir qual é o encaminhamento da Universidade Federal do Rio de Janeiro em relação ao Politécnico.

O reitor Roberto Leher, acompanhado do chefe de gabinete Agnaldo Fernandes e da pró-reitoria de extensão Maria Malta, esteve no Instituto Politécnico mais de um mês depois da declaração, no dia 25 de novembro de 2015, em uma reunião que contou com a participação massiva de estudantes, professores, técnicos-administrativos, pais e responsáveis. Da reunião, foi formulado um acordo com cinco pontos que viabilizariam o processo de institucionalização da escola. O ponto mais importante, que se refere a continuidade imediata das atividades do IPUFRJ, foi a aceitação, por parte da reitoria, da proposta feita pela comunidade da escola para o pagamento dos professores: o reitor aceitou formular, junto ao Ministério Público Federal, um Termo de Ajuste de Conduta que respaldaria legalmente a regularização dos pagamentos dos residentes-docentes. Os outros pontos referem-se ao acompanhamento do processo de regularização da certificação dos estudantes pelo IFF, o convênio com a mesma instituição, a legalização do terreno onde está sediado o Politécnico, e

a tramitação do Programa de Residência em Docência que viabilizará a formação dos professores e o pagamento das bolsas a partir de 2016.

O grupo de professores e coordenadores do Instituto Politécnico da UFRJ comprometeu a retomar as atividades da escola assim que o primeiro repasse para o pagamento das bolsas fosse efetivado. Foi proposto um calendário de reposição de aulas – que estavam suspensas desde agosto – que deveria ser implementado entre janeiro e abril de 2016. Somente em março desse ano de 2016 foram realizados os pagamentos e os estudantes puderam concluir as atividades do ano letivo de 2015, porém, conforme deixa claro o Magnífico Reitor Prof. Roberto Leher, em reunião do CONSUNI, o pagamento das bolsas em atraso e a retomada das atividades acadêmicas, “tinham em vista a transição do Instituto Politécnico da UFRJ para o Instituto Federal Fluminense” (ATA, 25/02/2016, P.10).

Em seguida foi feita a transição dos alunos do IPUFRJ para o Instituto Federal Fluminense e a certificação dos alunos já formados pela escola. A UFRJ ficou responsável por oferecer o complemento da carga horária curricular aos alunos que estão cursando o quarto ano nos seus respectivos cursos técnicos, oferecendo laboratórios, biblioteca e restaurante universitário. Aos alunos do 2º e 3º ano, foi aberta a possibilidade de se inscreverem em quaisquer dos cursos das doze unidades do IFF. De acordo com a Pró-Reitoria de Extensão, os alunos preferiram a unidade de Cabo Frio, e, portanto, seria desenvolvido um plano de trabalho especial para cada estudante, “considerando a necessidade de flexibilidade curricular, com um currículo especial para esses estudantes para que eles concluam a sua formação de ensino médio nos mesmos quatro anos.” (ATA, 28/07/2016, P.12).

Entendemos que a Universidade sofreu fortes impactos com a crise política e econômica que tomou o país nesse ano de 2016, cortes orçamentários e a perda de apoio político no Ministério da Educação levaram, não, somente, a decisão de encerrar as atividades no Instituto Politécnico, mas demonstraram o que a atual reitoria da UFRJ entende por resistência. Optar pela transição dos alunos e o encerramento do projeto pedagógico resolvia o problema de responsabilidade da Universidade para com a vida escolar daqueles alunos, e só. Na fala do aluno Caio Barbosa, representante do Grêmio Estudantil do Instituto Politécnico da UFRJ, está expresso o posicionamento dos alunos:

Pegar os mais de sessenta alunos do Instituto Politécnico e transferir para o IFF vai causar tumulto no IFF, os estudantes vão ter salas superlotadas, vamos ter esse prejuízo, fora a metodologia porque queremos estudar com uma metodologia politécnica, queremos ter esse avanço na nossa educação. Ir para o Instituto Federal, que tem uma educação realmente muito boa, mas não é uma educação politécnica, isso vai ser um retrocesso para nós, vai ser um retrocesso para cada estudante, vai ser um retrocesso para a comunidade

do Estado Rio de Janeiro inteiro e para a população da Região dos Lagos que se beneficiavam com o projeto. (ATA, 28/07/2016, P.9)

Cabe ressaltar que com o longo período de paralisação das atividades do Instituto Politécnico, um grande número de alunos deixou a escola e se matricularam em outras redes de ensino, como a rede estadual que também viria a ter suas atividades paralisadas pela greve deste ano. Não ficou ainda esclarecido como a reitoria da UFRJ pretende dar continuidade ao projeto pedagógico de formação omnilateral no Instituto Federal Fluminense, o que nos leva a concluir que somente a transferência dos alunos, a certificação e o suporte de infra estrutura para a formação nos cursos técnicos do Instituto Politécnico ficaram garantidos. Também não encontramos registrado nas atas do Conselho Universitário nenhuma menção ou decisão democrática com participação dos conselheiros quanto ao desfecho das atividades acadêmicas no Instituto Politécnico, sendo a participação do conselho tão reivindicada pelo reitor da UFRJ quanto a criação e institucionalização do Politécnico. Tentamos entrar em contato com o Prof. Roberto Leher e com a assessoria da reitoria da UFRJ para mais informações, porém não obtivemos respostas.

Considerações finais

Por fim, conforme mencionado anteriormente, fica então estabelecida uma nova parceria entre o IFF e a UFRJ, mais especificamente e de forma superficial, para a constituição em Cabo Frio de um Centro de Referência em Politecnia, de acordo com o Prof. Roberto Leher: “com a intenção de nuclear as atividades e a reflexão sobre o futuro da politecnia, dado que essa tradição teórica não está presente no Instituto Federal Fluminense no campus de Cabo Frio”. (ATA, 28/07/2016) Além da intenção, da qual a literatura sobre Trabalho e Educação está cheia, ainda não vimos na prática nenhum plano, programa ou projeto que indique o que realmente é essa proposta, o que sabemos é que um dos pouquíssimos projetos político pedagógico pautado na formação politécnica, no trabalho como princípio educativo, foi fechado. Espera-se, por parte da atual reitoria da UFRJ e do IFF, que, dessa maneira, seja “desenvolvido o ensino politécnico que nós tantos defendemos”.

O ano de 2016 não poupou a relação complexa entre o IPUFRJ e a Universidade Federal do Rio de Janeiro, a nova conjuntura política e econômica contribuiu de sobremaneira para o encerramento definitivo das atividades na escola. Instabilidade política, crise econômica, a “onda conservadora”, cortes orçamentários na Educação e as reformas – trágicas – propostas para o Ensino Médio, era o motivo que faltava para determinar a impossibilidade

da UFRJ em dar continuidade ao Instituto Politécnico. Concordamos com as palavras do representante do Grêmio Estudantil, Caio Barbosa, quando afirma no CONSUNI:

Desde o governo Dilma já se cortava verba da educação, tinha corte de verbas bilionárias na educação e complicava a conjuntura nacional, trazendo retrocesso para a educação e, hoje, com um governo golpista que está colocado em nosso País, a conjuntura está cada vez pior para os trabalhadores, para os estudantes, a universidade está com uma dívida milionária, **porém a solução para a crise que estamos vivendo, a saída para isso não é fechar uma escola. A saída para estarmos construindo um país melhor e uma educação de qualidade, para barrarmos o retrocesso que o governo vem impondo aos trabalhadores, que vem impondo para o povo, não é fechando o Instituto Politécnico. [grifo nosso]** (ATA CONSUNI, 28/07/2016, P.8)

Junto a essa reflexão, podemos também pensar: o problema é quanto custa ou o quanto se paga? O problema é o quanto custa para a Universidade o Instituto Politécnico ou o quanto de verba a Universidade tem recebido do Governo Federal? O problema são os trâmites burocráticos para a institucionalização do Instituto Politécnico ou o fato de que temos que adaptar a proposta pedagógica da escola para que ela seja institucionalizada? O problema é quantos estão dispostos a sentar e escrever sobre formação politécnica ou quantos estão dispostos a lutar e resistir por um projeto concreto?

Em suma, podemos afirmar que, ao analisarmos a trajetória do IPUFRJ numa perspectiva histórica, percebemos que o mesmo corresponde às relações políticas estabelecidas entre as diversas esferas do poder público. O processo de desenvolvimento da escola mostra avanços e retrocessos que, vistos em sua totalidade nos permitem perceber as múltiplas determinações que corroboram para a existência dessa instituição escolar.

O fato de propor um modelo diferenciado de ensino pode ser o motivo de tantos embates quanto ao retardamento de sua institucionalização. As pesquisas no campo da história das instituições nos mostram como experiências consideradas inovadoras foram rechaçadas pelos órgãos de poder, em momentos históricos diversos, no Brasil e no mundo, principalmente as que se alinhavam aos movimentos da esquerda política. Neste sentido, inferimos: seria este o caso do IP Cabo Frio? A proposta pedagógica desenvolvida neste espaço, de alguma forma representa ameaça ao *status quo*, e por isso, tem sido posta numa condição subalterna?

Referências Bibliográficas

CIAVATTA, M. “Ensino Integrado, Politecnia e Educação Omnilateral: Por que lutamos?” In: Trabalho & Educação. Belo Horizonte: UFMG, v.23, n.1, 2014.

CONSELHO Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio**. Brasília: CNE/CEB, 2012.

CONSELHO Universitário. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ata 28 de julho de 2016.

CONSELHO Universitário. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Ata 25 de fevereiro de 2016.

FRIGOTTO, Gaudêncio. “Prefácio”. In: RODRIGUES, José. **A Educação Politécnica no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1998.

FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise “**A gênese do Decreto n. 5154/2004: um debate em torno da democracia restrita**”. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (org.). **Ensino Médio Integrado: Concepção e Contradições**. Campinas: Editora Cortez, 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

INSTITUTO POLITÉCNICO DA UFRJ EM CABO FRIO. **Projeto Político-Pedagógico**. Cabo Frio: UFRJ, 2011.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Textos sobre Educação e ensino**. Campinas: Navegando, 2011

SAVIANI, Dermeval. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: Fiocruz/EPSJV, 1989.